

operar? É a Ceda, com recursos da tarifa? Então, esse é o segundo ponto, que na verdade é uma questão de gestão, e eu acredito que a subsecretaria esteja fazendo esse trabalho de aproximação com os prefeitos e com as companhias de abastecimento para ter uma matriz de responsabilidade para definir: "Olha, vou fazer a ETE, elevatória, mas quem vai operar?" Então, isso é importantíssimo, e a gente já tem se aproximado de alguns prefeitos que estão preocupados com o novo arranjo metropolitano, que, segundo eles, com o conselho deliberativo e com o futuro Instituto Rio Metrópole, eles se sentem muito tímidos em assumir compromissos. Então, é importante que se defina até mesmo no âmbito do novo ente metropolitano qual é o papel do ente metropolitano, do conselho consultivo, do conselho deliberativo, do Rio Metrópole e o papel dos municípios. A gente está vendo muito município, muito gestor deixando de investir, deixando de habilitar projetos e concorrer a projetos, os editais, dos comitês de bacia, como Agevap, tendo delegatária. Ou seja, o recurso está lá disponível e o município simplesmente não concorre porque ele diz: "Olha, eu estou no Cauç", que é como se fosse uma espécie de Serasa dos municípios, um cadastro negativo. Mas tem solução para isso. A gente já viu, junto à AGU, junto à procuradoria jurídica dos outros órgãos. Ou seja, você pode se habilitar mesmo estando no Cauç. Às vezes é uma exigência mínima, *pro forma*. E também definir, obviamente, que, além dele concorrer, é um dever dele. Declinar projetos a fundo perdido... A fundo perdido, não, porque tem prestação de contas. Mas, se você tem cem milhões de um fundo, podendo tomar esse recurso, você vai contrair empréstimo, aumentando a capacidade de endividamento do município? Então, isso também não faz sentido. E aí a gente levanta que isso é um problema grave também na questão da gestão do saneamento.

E aí, para finalizar, deputado Schmidt, na questão da Barra, aproveitando o que o deputado Carlo Caiado colocou, porque eu acho que isso se repete nos demais municípios, né? Aproveitar que tem uma nova presidência na Ceda, nosso convite é esse. Fizemos três audiências públicas no ano passado, um termo de ajustamento de conduta justamente para garantir a operação dessas ETEs elevatórias e considerar que algumas regiões, com ecossistemas sensíveis não podem ter o mesmo plano de expansão que a modelagem do BNDES está prevendo, de quinze, vinte anos. E, dentre essas, eu insiro também a bacia do Guandu. Não se pode dizer que o projeto de proteção da captação da tomada d'água, esse que o deputado Luiz Paulo falou, na ordem de 120 milhões... 100 milhões, 120 milhões, ele vai resolver os problemas. Você tem que, sim, garantir o saneamento dos municípios cujo esgoto drenante vai para o sistema a jusante. E a gente já consegue ter em mente que não vai ser recurso da tarifa da Ceda e de qualquer outra companhia que vai resolver esse problema na emergência e na necessidade que o tempo requer. Então, a gente considera fundamental também não apostar tudo na modelagem do BNDES e olhar com cuidado para alguns ecossistemas sensíveis e algumas regiões que prestam serviços ambientais relevantes, como essa. Você tem o esgoto, que já é um problema social e epidemiológico nesses municípios que são cortados por valões, e a gente está tentando buscar esse monitoramento dos indicadores de saúde com a Fiocruz. E, além disso, o problema a jusante do abastecimento de nove milhões de pessoas. Então, aproveitando essa questão de não tratar a universalização do saneamento de forma equânime a pretexto, e é um pretexto legítimo e abstrato de garantir equidade, mas algumas regiões demandam uma aceleração quanto ao programa de expansão do saneamento, como, por exemplo, a bacia do Guandu e a da Barra, Recreio e Jacarepaguá, por um histórico de ações judiciais e que o Judiciário praticamente fica em descrédito por ausência de cumprimento das decisões judiciais.

E aí, para fechar, deputado, eu coloco aqui à disposição o Ministério Público. O nome dr. Daniel tem acompanhado as discussões para esse TAC da força-tarefa da fiscalização, o dr. Hélio Vanderlei acompanhou, que é permitir justamente que, em corpos hídricos, em complexos lagunares, se defina por exemplo: "Olha, aqui o município licenciou a ETE do condomínio, do centro empresarial, do hospital; então, é o município que vai fiscalizar. Aqui foi o estado que licenciou a elevatória ETE da Barra; então é o estado que vai fiscalizar." Ligações clandestinas de esgoto em galerias de águas pluviais, ninguém poderia imaginar isso. Comprovamos. São mais de cem pontos. Beira a uns trezentos pontos, segundo a Rio Águas. Então, quem é que vai fiscalizar isso? É o município, porque é galeria de águas pluviais, ou é a Ceda fazendo um automonitoramento que também, como todo o respeito, não é a forma mais confiável de se seguir? Então, é preciso definir isso, e a gente espera, essa minuta de TAC - está circulando já na Seas e no Inea - que ela seja feita para definir uma matriz de fiscalização em paralelo à matriz de investimentos que está sendo feita.

E aí, o deputado Jair - eu vou no gancho - colocou muito bem a questão do TCE. Concorro plenamente. Nos aproximamos do TCE, verificamos que tanto município quanto estado têm inúmeras dificuldades. O TCE faz uma exigência de A até E, aí o município apresenta de A até E; e depois vem de F a G, e aí depois ele apresenta G, vem de H em diante. E muda o técnico. E, no caso do Psam, isso foi válido. Nós nos aproximamos da presidente da corte, a dra. Mariana Montebello, e fizemos um termo de cooperação para falar: "Olha, se aproxima do gestor antes de fazer exigência, senta na mesa, faz exigência de uma vez só." E aí o edital é possível de ser colocado; enfim, você consegue alavancar isso em termos mais sérios. Vai ter um recurso, tem um projeto, mas também esses entraves burocráticos que o senhor colocou eles precisam ser entendidos pelos órgãos de controle, porque às vezes se perdem oportunidades valiosas, como o projeto de despoluição da Barra, na época da Olimpíada, 2016. Tinha o projeto orçado em oitocentos milhões que, enfim, posteriormente, por entraves do TCE e do próprio MP, não foi adiante. Embora, com a retomada das ecobarreiras e outros projetos análogos, não vai resolver o problema, que é a causa, como a secretária falou, que é o saneamento. Então, é importante para evitar que a gigoga vá para o mar, assim como outras regiões, mas sempre lembrar que a origem de tudo é a ocupação irregular, e essa ocupação irregular como ela rebate no lançamento de esgoto.

E, para fechar, aproveitando que os senhores falaram em gestão de território, concordo com a crítica de que muitas vezes se consegue uma decisão judicial para obrigar a remoção da FMP ou de outras áreas de preservação permanente, topo de morro, declividade. É importante, e aí a SES tem feito esse trabalho com a PGE, acho um pouco importante que isso inclusive seja fomentado que os órgãos do Judiciário de controle, inclusive a Defensoria perceba, por exemplo, que, quando o MP ajuíza uma ação civil pública à Muzema para demolir duas construções, mas pedindo obviamente a remoção dessas famílias para outra área, não é por um capricho, não é por um prazer de demolição, seja nessa área ou na Pedra Branca; é porque a área de preservação permanente já traz a finalidade justamente de evitar ocupações em áreas de risco. Áreas de ocupação que podem estar sujeitas a enchentes, a deslizamentos. O próprio Código Florestal já traz o conceito de serviços ecossistêmicos. Então, é importante que os prefeitos também sejam chamados, se a gente criar aqui uma força-tarefa para inclusive não só exercer com poder de polícia, lá na primeira fase. Lançou uma fundação, já tem que demolir, para depois não ter o drama social de você ter inúmeras edificações construídas e aí ter que apostar em projetos habitacionais que vão depender da falta de recurso. Então, é importantíssimo, é fundamental, agir preventivamente, inclusive no âmbito de planejamento, porque mapeamos isso, por exemplo, em Friburgo, isso deve estar acontecendo também na bacia do Guandu. Os planos diretores mapeiam áreas como de expansão urbana e o plano de bacia mapeia uma área como de recarga ou como área de interesse de proteção de mananciais, as AIPMs, as "aipins", como a gente chama. Então, como é que o município aponta a expansão urbana para uma área de proteção de manancial, para uma área de recarga em seu plano diretor e um plano de bacia aponta justamente o contrário; que essa área deve ser preservada?

Então, só para fechar, aí eu falo: esses são os desafios que demandam, sim, integração de TCE, interação dos municípios. Inclusive acho que a Alerj também pode ser um foro, uma instância muito adequada para a gente reunir e perenizar, para tornar esse momento aqui único.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Vou tentar de forma institucional e formal, fazer uma força-tarefa através de uma resolução, secretário, da Seas, da Comissão de Saneamento, Ministério Público, subsecretário de fazenda, que está ligado diretamente ao orçamento, né? Os comitês de bacia e - quem mais o senhor falou? - os prefeitos dos municípios. Acho interessante a gente fazer essa força-tarefa através aqui da Comissão de Saneamento, através da Alerj, que eu acho que é o instrumento adequado para a gente de fato mostrar que essa audiência pública é uma audiência pública que está botando no papel e está tirando também do papel e botando de fato onde devem ser colocados os recursos, tanto do Fundrhi, do Fecam e de todos os outros órgãos ligados ao saneamento do nosso estado. Eu vou passar a palavra para os oradores inscritos. A gente já está com a hora um pouco avançada. São onze oradores, eu pediria, como sempre faço nas audiências, alguns oradores eu já conheço, passam um pouquinho, não é Ary? Dr. Cid Cury. Vou pedir um pouquinho mais de serenidade, porque a hora já está bem adiantada. Vou convidar primeiro, vou começar pelas damas, a dra. Isabelle de Loys, SOS Lagoas. Microfone para ela, por favor. Falei certo o sobrenome da senhora?

A SRA. ISABELLE DE LOYS - Falou. Falou corretamente. Isabelle de Loys. Eu estou representando o SOS Lagoas. Obrigado pela oportunidade. Sinto a falta do deputado que se retirou, o Luiz Paulo. Ele poderia ter ficado até para nos escutar. Agradeço a oportunidade ao presidente daqui da Casa. E eu estou impressionada com o promotor José Alexandre. Parabéns pela sua explanação e clareza justamente no tema que é o principal hoje aqui da Casa, que é saneamento. Eu vejo que o problema não é recurso. Eu estou assombrada com os milhões citados aqui de fundos, de tantas coisas que têm disponíveis para se tratar a questão do saneamento e outros problemas da cidade e também do estado. E me admira também essa questão de criar uma força-tarefa. Parece uma coisa assim nova. Gente, isso aí já existe há muitos anos. Esse problema aqui da cidade, saneamento, a questão das chuvas, enchentes, enfim. Se dá a chance de fazer uma força-tarefa de novo... Espero que não seja. Talvez essa Casa tenha escutado falar de forças-tarefas diversas, mas eu gostaria realmente de saber que isso vai ter um andamento, uma continuidade. Eu sei que o desafio é grande para o secretário, agora atual. Realmente, como sociedade civil e moradora do Recreio - obrigado inclusive por ter citado a questão das lagoas. Tem o deputado Caiado aqui presente que vem também lutando com relação a isso. É ver realmente não só essa questão de ecobarreiras, porque isso aí é paliativo, não adianta em nada. A gente tem que focar realmente no problema, na questão da moradia irregular, dessas pessoas que vão se alojando próximo aos rios, às lagoas, em tantos outros lugares que não deveriam estar lá. Existe uma compactação, eu acho que da cidade e das autoridades em aceitar esse tipo de coisa, porque não é possível que você ande numa estrada e veja que está tendo uma ocupação irregular e passe, porque isso fica visível. É inadmissível isso. A questão da Educação Ambiental, que foi falada no início, é importantíssima. Tudo isso que a gente está passando hoje é falta de Educação Ambiental. As pessoas... Esse lixo não veio voando, esse lixo todo que apareceu, seja na praia da Barra, que estão depositados nas lagoas e outros rios aqui da cidade e do estado, gente, aí é todo mundo, todos vocês aqui têm uma parcela de culpa. Todos nós aqui. Então, o nosso dever aqui é: se você ver alguém até jogando uma guimba de cigarro, é chegar e falar: "Meu senhor, por favor, o senhor pega a sua guimba e joga no lugar correto." Eu já fiz isso diversas vezes, e faço.

Então, nós somos parte desse problema, mas também... Eu vou até roubar um pouco do que a Cris fala, nós somos parte da solução. Eu vou ser breve. Gostaria realmente de participar nas outras e nas próximas. Tudo o que esse rapaz falou, esse promotor falou é fantástico. Ele resumiu e foi superconciso. É isso que tem que ser feito. Não tem mágica. Não tem o descobrimento da pólvora aqui. Vou passar a palavra para a próxima pessoa. Agradeço e gostaria realmente de ter o *feedback*, o retorno dessas ações. Apenas uma questão, fora do saneamento, gostaria de, já com a oportunidade do secretário, a questão da Floresta do Camboatá. Autódromo, eu sei que tem pessoas aqui que estão a favor do autódromo ali. Gente, vamos repensar, é uma floresta. Tem tantos lugares vazios aqui nesta cidade que poderia abrigar um autódromo ou até mesmo outro município vertendo o turismo para esse município que talvez ganhasse com esses recursos.

Então, eu peço a gentileza do senhor secretário, que reveja, como todo o seu comitê, com os outros secretários, em relação a isso. Porque realmente é uma coisa séria. Eu acho até um tiro no pé de vocês, que têm ambições políticas, de compactuar com isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Obrigado, dra. Isabelle.

O SR. ALTINEU CÔRTEZ - Só fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Com certeza.

O SR. ALTINEU CÔRTEZ - Primeiro, Isabelle, prazer te ouvir. Eu gostaria de fazer um convite a você, assim como aos outros todos aqui presentes, mas nesse caso só... Vou te falar um pouquinho sobre a questão do autódromo, que você falou por último. Mas nós estamos elaborando um projeto de educação ambiental. Eu gostaria de fazer um convite a você, se você quiser fazer uma visita à secretaria e ter uma agenda com a nossa subsecretária Diane. Esse projeto está em elaboração, e a gente quer ouvir as pessoas, ouvir as ideias, porque eu acho que vai ser um marco na educação ambiental do estado, vai ser um novo rumo que a gente vai estar dando. E são muitas ideias para construir. Acho que, se você pudesse ter conhecimento do que está acontecendo antes da gente efetivar a ideia, talvez você possa estar contribuindo.

A SRA. ISABELLE DE LOYS - Com certeza. Conte comigo.

O SR. ALTINEU CÔRTEZ - Sobre a questão do autódromo, eu quero te dizer que, obviamente, como órgão licenciador, a gente recebe os projetos. Os projetos têm apoio de quem considera favorável, e tem reprovação de quem considera que não é favorável. Isso está em curso, esse projeto. Vai ter uma audiência pública. Eu acho que lá é o foro da discussão de quem é contra e quem é a favor.

A SRA. ISABELLE DE LOYS - Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Muito obrigado, dra. Isabelle.

O SR. ALTINEU CÔRTEZ - Desculpa, fazer mais um comentário. Dr. José Alexandre, eu concordo com você. O doutor foi muito preciso, até porque pouca gente conhece como ele o dia e os problemas que a gente atravessa. Sobre as ETEs, que também atingem a cidade do Rio de Janeiro, nós estamos, só para pegar como exemplo, doutor, e os recursos não foram gastos no ano passado, eu estou bastante tempo na política. Passei por alguns governos, como deputado aqui nessa Casa inclusive de oposição aos governos de 2006 a 2014. Fui deputado da oposição aqui. Eu nunca vi um governador com desprendimento político, porque existem nos governos anteriores, pelo menos os que eu presenciei, lados políticos. "Onde é esse lado aqui?" "Esse lado aqui é esquerdo." "Então, esquerda não vamos." Esse aqui?" "Esse aqui é direita." "Não, direita nós não vamos." O governador Witzel pode ter talvez o seu lado, como cada um de nós temos, onde ele é, talvez, um lado que as pessoas possam criticar aqui ou ali, mas o governador dá condição de fazer, independente de questões políticas, partidárias, de o prefeito ser do lado A se é do lado B, ele faz para todo mundo. Ele tem nos dado condições. Nós vamos, se Deus quiser, conseguir executar o orçamento do Fecam. E eu não vejo essa questão do que foi mandado para a Sanea, eu não vejo isso tudo. Acho que a gente vai conseguir ultrapassar isso com projetos, aproveitando o projeto. E, só para exemplificar, a questão das ETEs. Só retomando essa questão, a cidade de Queimados não tem tratamento de esgoto. A cidade de Queimados joga todo o esgoto dela na bacia do Guandu. Esse é um exemplo. E é na bacia do Guandu depois que onde existe a captação da água da Ceda, que abastece grande parte do nosso estado. Nós estamos, por exemplo, ineditamente, fazendo uma parceria para operação das ETEs construídas. Milhões de reais que foram construídas ETEs com recurso do governo federal, na cidade de Queimados, que era obrigação da prefeitura operar essas ETS. E essas ETEs não estão sendo operadas. Então, até o deputado Max nos solicitou isso. E diante,

talvez, desse momento gravíssimo que a gente passa, a gente está fazendo e a gente pretende fazer isso em outros municípios, essa parceria para operar ETEs que já estão construídas que já poderiam estar dando benefício dessa operação para a sociedade. Nós vamos, por exemplo, nessa questão de Queimados, a gente pretende avançar nisso, operar onze ETEs no Município de Queimados.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Obrigado, secretário.

Vou dar prosseguimento, dando a vez, continuando com as mulheres. Agora, passo a palavra para a senhora e querida atriz Maitê Proença.

A SRA. MAITÊ PROENÇA - Bom-dia. Eu vim aqui como parte da sociedade civil, também para manifestar minha perplexidade com esse problema das águas nesse estado que é o cartão-postal do Brasil. A gente tem um problema como esse me atordo. Depois dessa reunião toda, eu saio bastante atordoada porque são tantos os braços do problema, e a gente fala muito das questões, o que não foi feito, de como nunca há um sequenciamento de um governo para o outro. E eu entendo que o problema seja grande, todo mundo sabe. Hoje em dia ele chegou aos olhos da sociedade civil, está refletindo sobre ela. Ela sofre as consequências de todas as coisas que não foram feitas. Eu temo demais que as coisas continuem a não ser feitas, porque isso é o de hábito. Isso é o que ocorre normalmente. O secretário disse que o governador vai proceder de forma diferente que ele tem, que ele não está agindo para proteger um aspecto da sua política, da sua visão na política e vai, sim, atacar o problema em si, mas o problema é imenso. Porque o problema da água é: a água ruim mata. Ela mata imediatamente por microrganismos e bactérias que não forem tratadas imediatamente e mata em longo prazo por conta do veneno que nós somos obrigados a colocar naquela água para tratá-la dos microrganismos e bactérias que lá estão. Eu fico muito perplexa. Como é que a gente deixou as coisas chegarem... Todo mundo sabe de tudo isso. Como é que nós deixamos as coisas chegarem nesse ponto, depois de décadas de degradação, que foram permitidas. E todo mundo estava vendo isso acontecer. E agora chegamos num ponto limite da história. As pessoas podem morrer de fato, ficarem doentes, terem cânceres, terem todas essas consequências que elas terão por conta do veneno que a gente está botando na água. Então, eu não vi muito aqui ninguém falar sobre como é que vai se educar a população para que ela tenha novos hábitos, porque a população continuará crescendo. As cidades continuarão inchando. Os problemas são muitos. Eu já percebi, como a Isabelle, que o problema não são os recursos financeiros. Eles estão aí. Eles só estão sendo mal administrados. A fiscalização é pouca, mas como é que vai se ensinar às pessoas? As pessoas são ignorantes. Elas criaram hábitos, hábitos ruins ao longo das décadas. Elas nascem com hábitos ruins. Elas fazem isso desde o dia que elas nasceram. Então, como é que a gente ensina as pessoas a produzirem menos lixo? Como que a gente ensina as pessoas a reutilizarem o seu lixo se elas acham que isso é um ato... "Parece que eu sou pobre se eu reutilizar aquele vasilhame." "Não, eu jogo no lixo, eu posso comprar outro."

Então, mexer, mostrar para as pessoas que é bonito reutilizar. Mostrar para as pessoas que todos os produtos que elas usam contêm produtos químicos ali dentro, que vão ser, vão acabar nos rios. Essas informações precisam ser dadas numa campanha maciça, para que a sociedade civil possa fazer a parte dela também. Ela vai colocar a casa dela ali no barranco; e vão deixar que ela coloque? Vão levar a eletricidade, vão levar água para lá? Está tudo errado. Mas ela precisa ser informada porque ela não sabe. E hábitos são muito difíceis de serem debelados. Então, eu gostaria de saber o que vai ser feito nesse sentido. Minha perplexidade continua. Eu gostaria muito de poder acompanhar as medidas que serão tomadas a partir dessa reunião, para poder ter fé que as coisas vão acontecer e que a gente vai conseguir viver num mundo possível, onde a gente possa tomar um banho sem saber que está sendo intoxicado pelo banho daquela noite. É isso basicamente. E, como nós temos um grupo de pessoas interessadas, o Mateus faz parte desse grupo, a Malu, a Cris Queiroga, que está atrás de mim, a Isabelle. Nós temos um grupo de pessoas que têm voz com a sociedade, que pode falar. Então, eu gostaria de me manter informada para poder explicar para as pessoas, tipo "vovó viu a uva", o que está sendo feito, o que vai ser feito e como que as pessoas da sociedade civil podem contribuir para diminuir o tamanho desse imenso problema.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Muito obrigado, Maitê.

Eu passo a palavra agora...

O SR. ALTINEU CÔRTEZ - Maitê. Bom, eu quero dizer que eu concordo plenamente, óbvio, com o que você falou, porque a sua perplexidade é a minha perplexidade em muitas coisas que eu encontro. Afinal de contas, eu hoje estou no papel de secretário, com essa missão de deputado federal, mas eu sou uma pessoa comum da sociedade civil, eu tenho família, eu tenho amigos que vivem em diversas cidades. E eu gostaria de convidar você e esse grupo. Nós estamos construindo e talvez eu digo que foi uma ideia que nós construímos na secretaria, levamos ao governador, tivemos um apoio imediato. Isso está em construção. Acho que chegou o momento... É esse agora, nesse momento agora, sobre educação ambiental, sobre como a gente conscientizar e fazer uma coisa diferente do que vem sendo feito até agora. Porque a questão da educação, para mim, é fundamental. Uma das situações - e talvez a mais importante do papel da Secretaria do Ambiente e da Sustentabilidade - é o projeto da educação ambiental, porque é um projeto para a gente construir um futuro diferente do que a gente está encontrando até agora. E eu gostaria que você participasse com esse grupo, e todos aqui presentes, porque nós estamos construindo esse projeto agora. Como a gente vai fazer esse projeto? Nós temos técnicos na secretaria. Eu estou ouvindo esses técnicos. Eu gostaria que essa exposição dessas ideias pudesse ser feita a vocês tecnicamente desse projeto. Vocês podem dar sugestões, e eu acho que é um projeto grandioso de educação ambiental. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto, eu não quero estar aqui criticando, porque obviamente ninguém aqui é criança de achar que esse problema todo começou agora que eu estou na secretaria ou no problema o governador atual ou talvez do governador passado. Essa degradação dessa questão vem de longa data. Mas eu vou dar um exemplo para você. Eu tenho um ofício lá na secretaria colocado, deputado, no último dia do governo Pezão, pedindo a obra lá no sistema Guandu, que é a obra que poderia dar uma melhoria - melhoria - na qualidade da água, que é obra da transposição. No último dia do governo Pezão, foi dado entrada num ofício, e aí a gente tem material pedindo os recursos do Fecam para fazer uma obra. Mas eu não quero estar... Senão, parece que a gente está apontando o dedo, e não é isso. Não é só essa obra que vai resolver o problema de tudo. Mas, na questão da bacia do Guandu, a obra, os recursos do Fecam, dr. José Alexandre - eu não sei se o senhor já tem esse ofício, mas eu posso mostrar ao senhor - os recursos do Fecam para essa obra foram pedidos no último dia do governo Pezão. Parece até brincadeira. "Como nós estamos ainda, dá entrada aí, só para dizer que a gente deu." Mas foram dois governos Cabral e um Pezão. Só nessa questão, então, a gente sabe. São muitas, muitas situações de dificuldade. Essa perplexidade sua é... Agora, como é que a gente vai combater isso? Fazendo as ações. É o que a gente tem procurado fazer claramente, com transparência, com clareza. A secretaria está... O Ministério Público faz parte ali no dia a dia na sua atuação de fiscalização, de cobrança. Na sociedade nós estamos completamente abertos aos deputados. Eu fui deputado aqui. Problema zero. Todo mundo sabendo de tudo, números, projetos, e eu gostaria de convidar, como convidei aqui a Isabelle, convidar você e convidar ao grupo aqui presente, aos senhores presentes nessa construção talvez de um dos projetos que eu considero mais importantes que eu já tomei conhecimento desde que eu milito na política, que é esse projeto de educação ambiental. E que o governador está apoiando, quer que faça. Mas, se nós não conseguirmos fazer esse projeto se tornar um projeto como você colocou, que mude, que edifique de forma diferente. É uma nova geração, e é o que existe aí. Se nós não conseguirmos fazer isso efetivamente acontecer, não vai adiantar no final.